

ANÚNCIO DE ABERTURA DE PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 005/INLOCO/10211/2021

PEQUENOS INVESTIMENTOS NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

(Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, Portaria n.º 249/2016, de 15 de setembro, Portaria n.º. 238/2017, de 28 de julho, Portaria n.º. 46/2018, de 12 de fevereiro, Portaria n.º 214/2018 de 18 de Julho, Portaria n.º 303/2018 de 26 de novembro, Portaria n.º 133/2019, de 9 de maio, Portaria n.º 250/2019, de 8 de agosto, Portaria n.º 338/2019, de 30 de setembro, Portaria n.º 86/2020, de 4 de abril e Portaria n.º 107/2020, de 4 de maio, Portaria n.º 265-A/2020 de 16 de novembro)

A submissão de candidaturas é efetuada entre 17 de fevereiro (09h:00m:00s) e 16 de abril (16h:59m:59s) de 2021 ao abrigo do disposto na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual, que estabelece o regime de aplicação da Ação n.º 10.2. do PDR 2020, na tipologia referida na alínea a) do seu art.º 2.º.

Nos termos do artigo 52.º da Portaria supra mencionada, são os seguintes os termos e condições aplicáveis ao presente Anúncio:

1. OBJETIVOS E PRIORIDADES VISADAS

As candidaturas apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos:

- a. Promover a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores;
- b. Contribuir para o processo de modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.

2. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

A tipologia de intervenção a apoiar respeita a investimentos nas explorações agrícolas cujo custo total elegível, apurado em sede de análise, seja superior ou igual a 1 000 € e inferior ou igual a 40 000 EUR.

Não são admissíveis investimentos na instalação de culturas permanentes regadas em terrenos adjacentes a perímetros de rega de Aproveitamentos Hidroagrícolas, quando tenham origem de água a título precário, proveniente destes.

3. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica correspondente ao território de intervenção do GAL Interior do Algarve Central, a saber:

- concelho de Albufeira (freguesias de Guia e Paderne);
- concelho de Faro (freguesias de Santa Bárbara de Nexe e União das freguesias de Conceição e Estoi);
- concelho de Loulé (freguesias de Alte, Ameixial, Boliqueime, Salir, São Sebastião e União das freguesias de Querença, Tôr e Benafim);
- concelho de Olhão (freguesias de Pechão e União das freguesias de Moncarapacho e Fuseta);
- concelho de São Brás de Alportel (freguesia de São Brás de Alportel);
- concelho de Silves (freguesias de São Bartolomeu de Messines e São Marcos da Serra);
- concelho de Tavira (freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo e União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão).

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental total é de 157.178,94 EUR (despesa pública).

5. CANDIDATURAS ADMITIDAS

Durante a vigência temporal do presente anúncio, apenas se admite uma candidatura por beneficiário.

Às candidaturas apresentadas ao abrigo do presente Aviso são aplicáveis os princípios gerais previstos no art.º 60.º Cláusula de Evasão do Regulamento 1306/2013, que dispõe: “Sem prejuízo de disposições específicas, não é concedida qualquer vantagem ao abrigo da legislação agrícola setorial a pessoas singulares ou coletivas relativamente às quais se conclua terem sido criadas artificialmente as condições requeridas para obter tais vantagens, contrariamente aos objetivos da referida legislação”.

6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os candidatos ao presente apoio e os investimentos propostos devem reunir as condições exigidas nos artigos 7.º, 8.º e 9.º da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual.

7. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO E RESPECTIVOS FACTORES, FÓRMULAS, PONDERAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

As candidaturas que cumpram os critérios de elegibilidade dos beneficiários e das operações, previstos nos artigos 7.º, 8.º e 9.º da Portaria supra identificada, são seleccionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

A metodologia de apuramento da Valia Global da Operação utilizada para a selecção e hierarquização dos pedidos de apoio assenta na aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{VGO} = 3\% \text{ OP} + 10\% \text{ MFP} + 12\% \text{ PUE} + 45\% \text{ EDL} + 20\% \text{ PD} + 5\% \text{ AFJER} + 5\% \text{ MPB}$$

OP – O promotor é membro de agrupamento, de organizações de produtores, Cooperativas ou Associações.

Atribuída em função de integração do promotor num Agrupamento ou Organização de Produtores reconhecidos, Cooperativa credenciada, ou associação, com atividades nos setores de investimento, com a seguinte pontuação

- Membro de Agrupamento ou Organização de Produtores reconhecidos, Cooperativa credenciada – 20 pontos;
- Membro de Associação (sem fins lucrativos cujo objeto social inclua o desenvolvimento de atividades de serviços de comercialização relacionados com os setores de investimento), desde que exibido contrato de comercialização ou contrato de efeito equivalente, entre o promotor e a Associação – 10 pontos
- Restantes situações – 0 pontos

A qualidade de membro será validada com base na informação relativa à data de submissão de candidatura.

MFP – A candidatura apresenta investimentos em melhoramentos fundiários ou plantações.

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem melhoramentos fundiários ou plantações na exploração.

PUE – A candidatura apresenta investimentos relacionados com proteção e utilização eficiente dos recursos.

Atribuída em função de serem considerados elegíveis na análise investimentos que visem a proteção e ou melhoria na eficiência de utilização dos recursos nos termos da OTE n.º 25/2016.

PD - Montante de pagamentos diretos recebidos pelo beneficiário, no ano anterior ao da candidatura.

Atribuída em função do montante de pagamentos diretos recebido pelo beneficiário de acordo com três escalões:

- ≤5 000 – 20 pontos
- >5 000 e ≤15 000 – 10 pontos
- >15 000 – 0 pontos

EDL – Contributo da candidatura para os objetivos da EDL

Pontuação atribuída em função do contributo da candidatura para os objetivos da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) promovida pelo Grupo de Ação Local (GAL) no território de intervenção, de acordo com o seguinte:

Subcritérios	Objetivos EDL
0 pontos – Inadequado – Não contribui para nenhum dos objetivos da EDL	I) Apoiar a criação de empresas A operação visa criar uma nova empresa (menos de 5 anos). A verificar através da declaração de início de atividade.
5 pontos – Pouco adequado – Contribui para o objetivo I ou II da EDL	II) Promover o desenvolvimento e a expansão do tecido empresarial existente A operação visa apoiar o desenvolvimento e a expansão de empresa já existente (5 ou mais anos). A verificar através da ficha de imobilizado entregue à data da candidatura, assinada pelo TOC, em caso de contabilidade organizada, ou assinada pelo promotor em
10 pontos – Adequado – Contribui para dois objetivos da EDL, com exceção do VI	

<p>15 pontos – Muito adequado – Contribui para três objetivos da EDL, com exceção do VI</p> <p>20 pontos – Completamente adequado - Contribui para quatro ou mais objetivos da EDL (entre I, II, III, IV e V) e ainda para o VI</p>	<p>caso de regime de contabilidade simplificado.</p> <p>III) Estimular a criação de dinâmicas de cooperação empresarial local A operação contempla, de forma explícita, a cooperação com outras empresas do território do Interior do Algarve Central. A aferir através do estabelecimento de protocolos de parceria.</p> <p>IV) Reforçar a comercialização de proximidade dos produtos endógenos A operação contempla a produção de produtos do território: hortícolas, frutícolas (citrinos, ameixa, albricoque, medronho, marmelo, pêsego, pêra), frutos do pomar de sequeiro (figo, amêndoa, alfarroba, azeitona), produtos apícolas, ervas aromáticas, uvas de mesa; Produção pecuária de espécies autóctones (cabra algarvia, ovelha churra).</p> <p>V) Valorizar a formação dos agentes económicos e sociais O promotor detém formação na área da operação. A verificar através de certificados de formação.</p> <p>VI) Criação de postos de trabalho A operação visa criar postos de trabalho, de acordo com o disposto na alínea f) do artigo 4ª da portaria nº 152/2016 de 25 de maio, na versão republicada pela Portaria nº 133/2019, de 9 de maio. A aferir através da declaração de remunerações da Segurança Social.</p>
---	---

AFJER – Candidatura apresentada por pessoa singular ou coletiva reconhecida com o estatuto de agricultor familiar ou de jovem empresário rural.

Atribuída em função do promotor ter submetido reconhecimento a um dos dois estatutos referidos, condicionado à sua aprovação.

MPB – Exploração com certificação e sob controlo em modo de produção biológico.

Atribuída em função da exploração estar certificada em modo de produção biológico e sob controlo.

Aos critérios de seleção MFP, PUE, AFJER e MPB indicados será atribuída a pontuação de 20 ou 0, em função de o promotor cumprir ou não cada um dos critérios de seleção e uma pontuação entre 20 e 0 para o critério de seleção EDL.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Valia Global da Operação.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas entre si de acordo com os seguintes critérios:

Critérios de Desempate

- 1º - Candidatura com maior pontuação no critério EDL;
- 2º - Candidatura com maior valor de investimento elegível;
- 3º - Ordem de receção de candidatura no sistema de informação.

Nos termos do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro a pontuação mínima necessária para a seleção das operações candidatas não pode ser inferior ao valor mediano da escala de classificação final de 0 a 20.

As candidaturas que não obtenham a pontuação mínima de dez pontos são indeferidas.

8. FORMA, NÍVEL E LIMITES DOS APOIOS

Os apoios são concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável até ao limite de 25 000 EUR de apoio por beneficiário.

O nível de apoio a conceder no âmbito do presente período de apresentação de candidaturas, com base no custo total elegível, apurado em sede de análise, dos investimentos propostos na candidatura, em percentagem, é, conforme definido no Anexo II da Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual:

- 40% para as freguesias de Guia e Paderne (no concelho de Albufeira), Pechão e União das freguesias de Moncarapacho e Fuseta (concelho de Olhão) e União das freguesias de Luz de Tavira e Santo Estêvão (concelho de Tavira);

- 50% para as restantes freguesias do território de intervenção do GAL Interior do Algarve Central.

O apoio concedido no âmbito de projetos de instalação da vinha, é concedido sob a forma de subsídio não reembolsável na modalidade de tabela normalizada de custos unitários de acordo com o definido no Anexo 4 da OTE 25/2016, versão 4 de 23/05/2019.

9. DESPESAS ELEGÍVEIS E NÃO ELEGÍVEIS

Com exceção das despesas gerais referidas no n.º 3 do Anexo I da Portaria nº 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual, apenas são elegíveis as despesas efetuadas após a data de submissão das candidaturas.

As despesas elegíveis e não elegíveis são, designadamente, as constantes do Anexo I da Portaria citada.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas são submetidas através de formulário eletrónico disponível no sítio no portal do Portugal 2020 em www.portugal2020.pt, do PDR2020 em www.pdr-2020.pt ou no sítio do GAL em www.in-loco.pt e estão sujeitos a confirmação por via eletrónica a efetuar pela entidade recetora.

11. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

O presente Anúncio e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020, em www.portugal2020.pt, no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt e no sítio do GAL em www.in-loco.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL Interior do Algarve Central através do endereço dlbc@in-loco.pt ou pelo telefone 289 840 860.

O presente Anúncio é ainda publicitado em dois órgãos de comunicação social.

São Brás de Alportel, 27 de janeiro de 2021

O Presidente do Órgão de Gestão

(Artur Filipe Teixeira da Silva Gregório)